

# A PRÁTICA DO PSICÓLOGO JURÍDICO NO CONTEXTO DA DINÂMICA FAMILIAR

2016

**Cleonice de Arruda Rodrigues**  
**Evaneide Priscila M. B. de Luna**  
**Gleicy Kelly da Silva Santos**  
**José Cláudio da Silva**  
**Maria José da Silva**

Graduandos do curso de Psicologia (bacharelado)  
das Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão (Brasil)

**João Luiz da Silva Neto**  
**Leila Maria Vieira Medeiros**

Psicólogos e docentes do Departamento de Psicologia  
das Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão (Brasil)

E-mail de contato:

[cleopsirodrigues@hotmail.com](mailto:cleopsirodrigues@hotmail.com)

---

## RESUMO

A Psicologia Jurídica no Brasil foi institucionalizada em meados do final da década de 60, quando a profissão do psicólogo tornou-se reconhecida. A princípio, a função do Psicólogo Jurídico era voltada para a realização de testes de personalidade, criminológico e parecer técnico como respaldo para outras comissões. Atualmente, esta área de atuação vem efetivando sua importância no âmbito jurídico e ampliando sua prática, onde um dos requisitos de conhecimento crucial para o psicólogo na contemporaneidade é o estudo sobre as distintas formas de dinâmicas familiares, bem como este aspecto intervêm no litígio judicial. O presente trabalho tem por intuito abranger a perspectiva da função exercida pelo profissional de psicologia no âmbito judiciário e sua atuação embasada nos aspectos da dinâmica da família. Utilizou-se como metodologia, revisões de artigos científicos respaldados no assunto pertinente, bem como a coleta e análise de dados por intermédio de uma entrevista realizada pelos docentes, com uma Psicóloga Jurídica, tendo-se Eduardo Ponte Brandão como autor de maior referência. A Psicologia e o ramo do Direito em sua ciência possuem um quesito primordial em comum, que é vislumbrar o comportamento humano, com olhares distintos sobre tal aspecto. Porém, a prática do Psicólogo Jurídico ainda é

escassa e, em algumas cidades do interior, não há respaldo algum sobre as definições de funções e áreas específicas para sua atuação. Os ramos como o Direito da Família, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Civil, Direito Penal e Direito do trabalho, são exemplos que demandam o exercício do profissional de psicologia. Atualmente, um dos atributos a que se destina a função do Psicólogo Jurídico, é a de cooperar com a aplicação dos direitos perante a dinâmica familiar dos envolvidos, buscando prevalecer sempre o bem estar emocional dos mesmos, utilizando aportes técnicos distintos dos demais profissionais da justiça, dando sua contribuição para a mediação dos conflitos, objetivando a resolução problemática de modo mais humanizado. Convém ressaltar que o profissional em psicologia no âmbito jurídico deve acompanhar os desfechos dos fatos e demandas atribuídas neste ramo, proporcionando uma nova roupagem – a de valorizar e pôr em prática a humanização, além do reconhecimento das particularidades e singularidades dos envolvidos levando em consideração que cada caso advém de uma dinâmica específica.

**Palavras-chave:** Psicologia, direito, dinâmica familiar.

Copyright © 2017.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



---

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por intuito abranger de forma nítida, a perspectiva da função exercida pelo profissional de psicologia no âmbito judiciário e sua atuação embasada nos aspectos da dinâmica da família. Este estudo teve como fundamentação teórica, materiais coletados e analisados por intermédio de uma entrevista realizada pelos docentes com uma profissional de psicologia jurídica e o apoio de revisões de artigos científicos respaldados no assunto pertinente.

Em outra vertente ainda inclusa nos objetivos deste estudo acadêmico, pretendem-se discutir as situações ocorridas no ambiente jurídico, entrelaçadas à dinâmica da família. Além disso, este material em sua abrangência visa pontuar as facetas de convivência no espaço judicial envolvendo também profissionais de outras áreas na procedência das demandas apresentadas.

A entrevista foi realizada na Comarca localizada em uma cidade mesorregional do Agreste Pernambucano. A psicóloga jurídica L. F., graduada em Psicologia pela Universidade Federal de



Pernambuco (UFPE) em 2009, possui também especialização em Intervenção Psicossocial Jurídica pela Faculdades de Ciências Humanas de Olinda (FACHO). Atua há mais ou menos três anos nesta área. É válido ressaltar neste momento que antes de dar início à entrevista, foi solicitada a autorização para gravar o diálogo, ou seja, todas as respostas transcritas foram fidedignas aos termos linguísticos e expressivos usados pela profissional, já que houve uma translação de todo áudio concedido. Também foram ressaltadas na entrevista, algumas questões sobre sua escolha profissional, bem como sua prática e função exercida na Comarca em que atua. Em anexo, estão contidos os trechos relevantes desta interlocução.

### **A prática do Psicólogo Jurídico no contexto da Dinâmica Familiar**

A psicologia jurídica no Brasil foi institucionalizada em meados do final da década de 60, quando a profissão do psicólogo tornou-se reconhecida. A princípio, a função do psicólogo jurídico era voltada para a realização de testes de personalidade, criminológico e o parecer técnico como respaldo para outras comissões. Percebe-se assim, que o percurso de sua evolução foi conquistando aos poucos, novos horizontes, obtendo então, sua efetivação no meio judiciário relacionado a outras demandas específicas.

A Psicologia e o ramo do Direito em sua ciência possuem um quesito primordial em comum, que é vislumbrar o comportamento humano, com olhares distintos sobre tal aspecto. Trindade (2010, p.28), enfatiza que a psicologia busca incessantemente, “compreender a chave do comportamento, enquanto que o direito é um conjunto de regras que busca regular esse comportamento, determinando formas de conduta e soluções de conflito”. Na perspectiva de Ramos, *et al.*, destaca-se que:

Desse modo o direito surge como uma forma de sistematização das regras de convivência e comportamentos humanos, tendo como um de seus objetivos assegurar a existência de regras que possibilitem a vida social, seja buscando a harmonia entre os diferentes sujeitos com seus comportamentos na sociedade, conciliando ou punindo tais comportamentos (2015, p. 170).

Percebe-se deste modo, que a justiça se norteia no sentido de prevalecer uma boa convivência social e advertir indivíduos cujos comportamentos não são saudáveis para a sociedade. Sendo assim, é cabível ressaltar o papel do psicólogo jurídico:

O trabalho da psicologia jurídica não busca provas no sentido jurídico do termo, mas sim indicadores da situação familiar, que nortearão a atuação do psicólogo, do advogado, do promotor e do juiz. Todos esses profissionais reconhecem a necessidade de união conjunta na construção de um saber único, pois o objetivo de estudo é o ser humano que participa de um conflito de relações. (RAMOS, *et al.* 2015, p. 176)

Atualmente o psicólogo jurídico vem efetivando sua importância no âmbito judicial, apesar de ser uma área limitada em muitas ocasiões. Foi com o intuito de conhecer mais um pouco as funções, demandas e os aspectos positivos e negativos que interferem na atuação do psicólogo jurídico que se realizou a entrevista. Neste caso, mais especificadamente, a psicóloga entrevistada trabalha em uma Comarca cuja demanda é voltada a questões pertinentes a crianças e adolescentes. Vejamos um pouco sobre o que L. F. diz em relação às atividades de seu trabalho: *As minhas atividades são muitas. Aqui na área da capital, tem tudo muito separadinho. Tipo uma para adoção, outra com guarda, tudo muito separado. Aqui no interior, a gente não tem isso. Então a gente trabalha no papel que envolve todas as crianças e adolescentes. Violência, guarda, regulamentação de visitas, adoção [...] Então, nosso papel é esse. Juntamente com a assistente social e a pedagoga. Todo processo que envolve criança e adolescente vem pra gente. Às vezes eles fazem uma primeira audiência, eles mandam pra gente e a gente devolve pra ele dar a decisão. [...] a gente atende casos de violência contra a mulher, mas por que atende? Porque a cidade não tem uma equipe que trabalhe com isso. Então o juiz pede e a gente não vai se recusar. Mas em nosso contrato, é para crianças e adolescentes. Mas quando aparecem casos de violência contra o idoso, à gente faz. É muito difícil de aparecer.*

É expressivo nos argumentos alusivo acima que a prática do psicólogo jurídico ainda é escassa e, por vezes, principalmente em cidades pequenas do interior, não há respaldo algum sobre as definições de funções e áreas específicas para sua atuação. É ainda percebido, que nestas ocasiões, o psicólogo acaba fazendo papéis extras para suprir as demandas pertinentes a outras ocorrências, independente da especialização do profissional. Lago, *et. al.* (2009, p. 486), afirma que “os ramos do Direito que frequentemente demandam a participação do psicólogo são: Direito da Família, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Civil, Direito Penal e Direito do Trabalho”. De acordo com cada área de atuação na especificidade jurídica, há grupos interdisciplinares que trabalham de forma conjunta para proporcionar um resultado mais eficaz, sem procedências de equívocos concernentes ao caso em questão. A psicóloga L. F. abrange em outro quesito na entrevista, sobre a formação do grupo de trabalho e as dificuldades do ramo da psicologia ainda não ser aceita em muitas ocasiões, assim como a inserção do psicólogo no âmbito judiciário. Ela esclarece o seguinte: *A equipe é formada por psicólogos e assistentes sociais e há três meses chegou o pedagogo. É uma equipe bem entrosada, sempre em todos os projetos a gente tem duas profissionais dando o parecer, ou o psicólogo e pedagogo ou psicólogo e assistente social. [...] A gente aqui, temos um bom reconhecimento por parte dos juízes, por parte do pessoal da vara, do promotor. A gente tem um trabalho bem afinado, sabe? Às vezes quando ele tem alguma dúvida ou algum problema, ele vem e conversa com a gente. Então tem essa consideração, tem um bom relacionamento, que facilita muito nosso trabalho. Quando a gente vai pra reunião ou convenção em Recife, aí junta todo pessoal do interior, eu escuto muita gente reclamando.*

*Aqui, não temos esse problema. Mas tem uma Comarca por aqui, que nenhuma psicóloga fica lá não. Se o tribunal mandar, o juiz devolve.*

Ressalvando o discurso da psicóloga L. F., compreende-se parcialmente como se dá a dinâmica entre os profissionais interdisciplinares, e os empecilhos do exercício do psicólogo jurídico neste ramo trabalhístico. Lago, *et al.*, (2009, p. 487) distingue alguns campos de atuação da psicologia jurídica, enfatizando a predominância de atividades direcionadas a confecção de laudos, pareceres e relatórios, presumindo-se que é de competência da Psicologia uma atividade de cunho avaliativo e de subsídio aos magistrados. Por conseguinte, reforça-se a ideia de que o psicólogo a partir dos dados levantados por intermédio avaliativo, conclui, sugere e/ou indica formas para remediar tal questão pertinente ao litígio judicial.

Ao pontuar questões sobre a atuação do psicólogo jurídico na Vara de Família, Ramos, *et al.*, (2015, p. 176), destaca que “o trabalho do psicólogo jurídico busca a compreensão da dinâmica e da comunicação familiar dos indivíduos que estão em conflito judicial, apresentando sugestões que possam diminuir o desgaste emocional dos envolvidos.” Em contrapartida, fundamenta-se na prática do psicólogo e a família envolvida no episódio judicial. Vejamos:

Nesse sentido, o magistrado encaminha as ações para setor de psicologia do fórum, onde determina que seja realizada uma perícia psicológica do caso. Essa perícia é iniciada por meio de entrevistas/atendimentos com o requerente e o requerido do processo, ou seja, com as partes: pai, mãe, menor, e qualquer pessoa que tenha contato direto com a(s) criança(s), que na ótica na psicologia seja importante para o entendimento da dinâmica familiar. (RAMOS, *et al.*, 2015, p. 176)

Como se sabe, a constituição do sujeito é fundamentada em aspectos genéticos/ hereditários e também por influências ambientais dentre elas e, sobretudo, pela dinâmica familiar em que é inserida. No âmbito judicial, um dos requisitos de conhecimento primordial para o psicólogo é o estudo sobre essas distintas formas de movimentos familiares, já que este fator interfere em todo o processo casual da ocorrência jurídica, possibilitando detalhes e até contribuindo sugestivamente, porém sem imposições relativas ao desfecho do caso em análise.

A psicóloga L. F., apresenta algumas demandas relacionadas com maior evidência no contexto familiar da Comarca em que atua, do seguinte modo: *Em todo processo de violência, às vezes essa violência já é institucionalizada na família. O que é que eu quero dizer, que passou de pai pra filho, que aquela é a forma de se educar. Então, eles vêm pra cá e a gente analisa, a gente conversa com ele e diz que esse não é o modo correto de educar seu filho, que não se pode prosseguir dessa maneira. [...] Então assim, é importante escutar essa família, o que nessa família está acontecendo. Às vezes tem processo de uma criança que sofreu violência de um tio, mas é importante escutar a mãe, escutar o (a) irmão (ã). Será que esse tio só fez isso com essa criança? [...] Então, a família é o centro de tudo. A alienação parental, não tem como falar de*

*alienação parental, sem falar na família, não tem como! Adoção, tudo isso [...] a mãe que entrega seu filho pra adoção, a mãe gestante que decidiu que não quer ou que não vai poder criar aquele filho, você tem que ver a família, por quê? [...] Nosso trabalho não existe sem estudar a família. Porque na clínica, eu acho assim, que na clínica hoje em dia está mais vinculado, né? Na clínica você pode atender uma pessoa e só atender aquela pessoa mesmo, individual. Mas aqui a gente não pode fazer isso. E lembrando que o nosso trabalho não é clínico aqui. Se você chega com um trauma de infância, então não é meu papel trabalhar isso, a gente coloca no relatório. Bom, foi observado que a senhora fulana, apresenta trauma em relação à suposta violência, já que não podemos dizer em relação ao que foi né? Até porque você não vai expor a pessoa assim. E a equipe sugere que ela seja encaminhada para o serviço psicológico de acompanhamento. (Grifo nosso)*

Um dos atributos a que se destina esta função do psicólogo jurídico, mais uma vez enfatizada é a de cooperar com a aplicação dos direitos perante a dinâmica familiar dos envolvidos, buscando prevalecer sempre o bem estar emocional dos mesmos, utilizando aportes técnicos distintos dos demais profissionais da justiça, dando sua contribuição para a mediação dos conflitos, objetivando a resolução problemática de modo mais humanizado. Ramos, *et al* (2015, p. 180), realça o seguinte: “compete ao psicólogo jurídico avaliar a subjetividade de cada indivíduo, e a partir disso, ele intervém com seu parecer técnico de acordo com cada caso, tratando os indivíduos envolvidos em sua singularidade”.

Pontuar-se-á, nesta ocasião, o trajeto histórico da família, pois se sabe que ocorre uma transmutação entre a família tradicional e as modificações que atualmente compõem modelos distintos dos anteriores que eram apenas constituídos na configuração nuclear. Com o pensamento sobre igualdade é inevitável e importante pensar nesta evolução a qual as famílias estão envolvidas tanto nos aspectos afetivos quanto na formação dos membros impulsionando ao fornecimento dos mesmos embasamentos dos direitos legais para todas as famílias independente da configuração.

Entende-se que no modelo de família nuclear é representado por um homem e uma mulher formando assim o casal consequentemente gerando os filhos, antes sendo apenas esse modelo denominado de família com poucas ou nenhuma possibilidade do divórcio. No entanto, na época atual vê-se comum a simples viabilidade do divórcio, ocasionando as mais possíveis mudanças de configurações familiares diferentes dos tradicionais como observado por Oliveira (2016):

O aumento (e a facilidade) do divórcio e das separações fez aumentar a diversidade de arranjos menos tradicionais, com expressivo aumento de crianças vivendo em famílias monoparentais ou pluriparentais, com os avós, por exemplo. Além das famílias reconstituídas, formações que se dão após morte de um dos pais, ou após a separação, com formação de novos núcleos: pais com filhos de um antigo casamento (ou filhos de apenas um dos cônjuges) vivendo juntos sob o mesmo teto.

Fica bastante evidenciado a existência da pluralidade nas configurações das famílias brasileiras dentre estes se encontra os casais homoafetivos que recorrem à legitimidade e adoção dos filhos para assim, acontecer o seguimento da família. Ainda segundo Oliveira (2016), “a criança observa que existem outras configurações familiares diferentes das suas com características e gêneses diferenciados aos modelos tradicionais.” Tanto a criança, como o adolescente neste contexto, também entram com o papel evolutivo na dinâmica da família, passando a ser um indivíduo social tendo um responsável por sua educação e cuidados, mesmo sendo através de um casal homoafetivo, como ocorre em alguns casos.

Outro ponto muito importante que acontece com frequência no âmbito judiciário, é o processo de guarda compartilhada. Ela se caracteriza em uma etapa do qual a criança ou adolescente é o “X” da questão. Esta guarda, a princípio, pode ser feita em forma de um acordo entre os responsáveis pela criança ou adolescente, ou ser direcionada a outras formas judiciais de se chegar a uma possível resolução nestes casos. Segundo o artigo nº 1.584, referido ao Novo Código Civil, que entrou em vigor desde janeiro de 2002, abrange a seguinte atribuição: “[...] nos casos de separação consensual, será observado o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos. Em não havendo acordo, a guarda será atribuída àquele que reunir melhores condições para exercê-la, o que não implica melhores condições econômicas ou materiais” (BRASIL, 2003).

Assim de acordo com alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2011 cerca de 87,6% dos casos de divórcio, a guarda da criança ou adolescente fica com a mãe. Percebe-se que relacionado a esta temática, há casos distintos, com especificidades particulares, onde necessitará ser aprofundada e definida a partir de sua peculiaridade. Lago e Bandeira (2009) ressaltam sobre este aspecto da guarda compartilhada, que:

É preciso atentar para as diferenças entre guarda alternada e guarda compartilhada. A primeira implica a possibilidade de cada um dos pais deter a guarda do filho alternadamente, com divisões de tempo que podem variar de dias a anos alternados. A guarda compartilhada não implica na alternância de lares, e sim uma co-responsabilização de dever familiar entre os pais.

Dando continuidade aos processos trazidos e julgados pelo Poder Judiciário nas Varas da Família, há probabilidades de apresentar-se com a Síndrome da Alienação Parental, como também fora citada na entrevista pela psicóloga jurídica L. F. Essa síndrome caracteriza-se em um dos genitores (ou ambos) condicionarem o filho contra o outro genitor, na esperança de se favorecer na disputa judicial, inseminando assim no filho ideias negativas com relação ao/a ex-parceiro (a), usando deste condicionamento comportamental desprovido de ética, como uma forma de vingança conjugal. Por isto, se faz necessário uma boa avaliação e escuta atenta em situações semelhantes,

já que a forma de manipulação de um dos genitores, se assim advém referir-se, pode interferir negativamente em todo o arcabouço litigial.

Portanto, cabe ao psicólogo atuante na área jurídica, conhecer suas atribuições e público alvo a quem estará prestando o serviço, uma vez que, como mencionado por L. F. anteriormente, o atendimento psicológico nesta perspectiva assume outro tipo de manejo, diferentemente do que se realiza costumadamente em atendimentos clínicos. Por conseguinte, compreende-se que no âmbito judicial, o psicólogo desenvolverá sua prática e elaborará documentações necessárias a princípio, para o juiz. A mediação do psicólogo nestes casos torna o processo judiciário mais humanizado, possibilitando outros olhares perante as demandas e, conseqüentemente, tendo como resultado final, uma tomada de decisão mais concisa e apropositada aos indivíduos envolvidos no litígio judicial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível entender que o exercício do psicólogo jurídico viabiliza subsídios legais dentro do quadro familiar, facilitando assim a resolução dos processos existentes nestes âmbitos, que poderão recorrer ao poder jurídico. Embasados nas disciplinas Psicologia Jurídica e Dinâmica Familiar, foi percebido que se torna necessário à busca constante de conhecimento para potencializar criteriosamente a prática no espaço jurídico que atende as mais diversas composições estruturais de famílias diante do trabalho que lhe é atribuído, cujo atributo é de muita importância e responsabilidade, pois o mesmo necessita de modo peculiar, dar ênfase diferenciada, tendo em vista as configurações dos casos e da própria família a qual o processo está sendo inferido.

Além disso, esse breve estudo permite uma junção dos conhecimentos obtidos no âmbito jurídico e familiar, podendo ainda perceber a prática do profissional desta área frente aos desafios pertinentes ao trabalho que envolve a Família como peça chave para compreensão de como o sujeito é percebido e se percebe em suas relações frente à sociedade. Sendo assim, vale salientar que também é de suma importância o apoio e a colaboração recebidos por outros profissionais interdisciplinares, que contribuem para um melhor trabalho assistencial ao poder jurídico.

Diante de tudo que foi evidenciado acima é destacado o profissional de psicologia no âmbito jurídico como parte crucial no acompanhamento e desfecho dos fatos e demandas atribuídas neste ramo trabalhístico, trazendo uma roupagem nova de valorizar e pôr em prática a humanização e reconhecimento das particularidades e singularidades dos envolvidos, por exemplo, que está inserida em todos os litígios judiciários e que precisam ser despertados para não haver uma tomada de decisão equivocada, levando em consideração que cada caso advém de uma dinâmica específica.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.406/02**. In Código *civil*. São Paulo: Saraiva. 2003.

RAMOS, N. F. B.; ZIELAK, M. de L.; TAVARES, M. G. A atuação e relevância do psicólogo jurídico nas varas de família do Fórum TJ/AL de Maceió/AL. **Ciências Humanas e sociais/Maceió/V.3/P.167-184/Novembro 2015/periódicos.set.edu.br**.

LAGO, V. M.; BANDEIRA, D. R. A Psicologia e as Demandas Atuais do Direito de Família. **Psicologia Ciência e Profissão**, 29(2), 290-305; 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v29n2/29n2a07.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto de 2016.

LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. L.; BANDEIRA, D. R. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**. Campinas. 26(4), 483-491; out-dez, 2009.

OLIVEIRA, A. Os meus, os seus, os nossos. **Psico.usp**. São Paulo, n.2/3. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/revistapsico.usp/index.php/25-sociedade-2/61-os-meus-os-seus-os-nossos.html>>. Acesso em: 17 de Set. de 2016.

## ANEXOS

### ENTREVISTA

#### **\* Como foi sua escolha pela área jurídica?**

**\*L. F.:** - Foi no 4º período da faculdade, que fiz na federal. Na época, o professor da cadeira de ética teve um problema de saúde e se afastou. Eles convocaram outras pessoas para darem as aulas. Uma delas foi Sônia Froto, psicóloga do tribunal a mais de 20 anos. Ela se apresentou, disse que era Sônia e que era psicóloga da 1º vara da capital, vara da infância. [...] Aí foi quando surgiu a ideia, disse que era isso que queria para mim. Foi daí que despertou o interesse e comecei a me preparar para concursos, já desde o 4º período. Não houve estágio nessa área [...] fui me aprofundando apenas teoricamente, já que sabia que tinha concurso. Assim que abriu, eu fiz.

#### **\* Quais tipos de obstáculos você encontrou a princípio, quando optou por seguir esta carreira?**

**\*L. F.:** - Os obstáculos são tantos [...] a gente se depara com a falta de espaço, onde tem psicólogos do interior que nem sala tem. Então essa limitação de espaço enquanto trabalho, e querendo ou não é uma área muito nova né? Então tudo é muito novo, você quer fazer uma atuação [...] porque assim, embora a gente tenha pessoas que trabalham há muito tempo, enquanto área reconhecida é nova. Está tudo se construindo ainda. Então acho que foram esses obstáculos. No começo fiquei bem perdida, e por isso fui procurar logo essa pós também, que é bem direcionada na área.

#### **\* Em que consiste sua função como psicóloga jurídica nesta Comarca?**

**\*L. F.:** - As minhas atividades são muitas. Aqui nas áreas da capital, tem tudo muito separadinho. Tipo uma para adoção, outra com guarda, tudo muito separado. Aqui no interior, a gente não tem isso. Então a gente trabalha no papel que envolve todas as crianças e adolescentes. Violência, guarda, regulamentação de visitas, adoção [...] Então, nosso papel é esse. Juntamente com a assistente social e a pedagoga. Todo processo que envolve criança e adolescente vem pra gente. Às vezes eles fazem uma primeira audiência, eles mandam pra gente e a gente devolve pra ele dar a decisão. [...] a gente atende casos de violência contra a mulher, mas por que atende? Porque a cidade não tem uma equipe que trabalhe com isso. Então o juiz pede e a gente não vai se recusar.

Mas em nosso contrato, é para crianças e adolescentes. Mas quando aparecem casos de violência contra o idoso, à gente faz [...] é muito difícil de aparecer.

**\* Neste caso, como é constituída a equipe e qual relação do psicólogo jurídico com profissionais das outras áreas, especialmente do direito?**

\* **L. F.:** - A equipe é formada por psicólogos e assistentes sociais e há três meses chegou o pedagogo. É uma equipe bem entrosada, sempre em todos os projetos a gente tem duas profissionais dando o parecer, ou o psicólogo e pedagogo ou psicólogo e assistente social. [...] A gente aqui, temos um bom reconhecimento por parte dos juízes, por parte do pessoal da vara, do promotor. A gente tem um trabalho bem afinado, sabe? Às vezes quando ele tem alguma dúvida ou algum problema, ele vem e conversa com a gente. Então tem essa consideração, tem um bom relacionamento, que facilita muito nosso trabalho. Quando a gente vai pra reunião ou convenção em Recife, aí junta todo pessoal do interior, eu escuto muita gente reclamando. Aqui, não temos esse problema. Mas tem uma comarca por aqui, que nenhuma psicóloga fica lá não. Se o tribunal mandar, o juiz devolve.

**\* Quais são as principais demandas desta Comarca e qual relação com a dinâmica familiar, presente nos casos?**

\***L. F.:** - Em todo processo de violência, às vezes essa violência já é institucionalizada na família. O que é que eu quero dizer, que passou de pai pra filho, que aquela é a forma de se educar. Então, eles vêm pra cá e a gente analisa, a gente conversa com ele e diz que esse não é o modo correto de educar seu filho, que não se pode prosseguir dessa maneira. Até porque às vezes a família pensa que é aquilo mesmo. Já que foram criados na porrada, e isso se torna normal. Então assim, é importante escutar essa família, o que nessa família está acontecendo. Às vezes tem processo de uma criança que sofreu violência de um tio, mas é importante escutar a mãe, escutar o (a) irmão (ã). Será que esse tio só fez isso com essa criança? Ou fazia com as outras? Será que tem alguma violência contra um adulto também? Ou o foco dele é só criança? Então, a família é o centro de tudo. A alienação parental, não tem como falar de alienação parental, sem falar na família, não tem como! Adoção, tudo isso [...] a mãe que entrega seu filho pra adoção, a mãe gestante que decidiu que não quer ou que não vai poder criar aquele filho, você tem que ver a família, por quê? Porque a lei diz que se tiver um familiar que quiser ficar com aquela criança, esse familiar pode ficar. Então, esse estudo da família é fundamental. Nosso trabalho não existe sem estudar a família. Porque na clínica, eu acho assim, que na clínica hoje em dia está mais vinculado, né? Na clínica você pode atender uma pessoa e só atender aquela pessoa mesmo, individual. Mas aqui a gente não pode fazer isso. E lembrando que o nosso trabalho não é clínico aqui. Se você chega com um trauma de infância, então não é meu papel trabalhar isso, a gente coloca no relatório. Bom, foi

observado que a senhora fulana, apresenta trauma em relação à suposta violência, já que não podemos dizer em relação ao que foi né? Até porque você não vai expor a pessoa assim. E a equipe sugere que ela seja encaminhada para o serviço psicológico de acompanhamento.

**\* Em relação ao aspecto sigiloso de sua profissão, como ocorre?**

**\*L. F.:** - Essa questão do sigilo [...] porque às vezes a pessoa tem um problema e ela não quer dizer e que não vai interferir em nada na decisão, e a pessoa tem todo direito de dizer que não quer falar. Mas, a pessoa às vezes chega falando [...] olhe posso dizer uma coisa? Aí eu digo, olhe, veja só, aqui eu estou fazendo um relatório pra um juiz, pra um promotor, advogado. Se for algo que você não queira que essas pessoas fiquem sabendo, você não me diga, porque eu tenho que colocar isso no relatório. E às vezes a pessoa vem e diz algumas coisas, que não vai adiantar em nada mesmo, aí nem coloco no meu relatório. Tem vezes que a pessoa chega e diz que vai contar uma coisa, e diz que nunca contou pra ninguém, mas que vai me contar. Aí eu falo que pode contar, e você não coloca no relatório, a não ser que seja alguma coisa que fale e interfira no seu trajeto de estudo. Normalmente a gente tem que fazer isso, e buscar resguardar a pessoa.

**\* Você poderia esclarecer mais um pouco sobre sua função no âmbito judiciário?**

**\*L. F.:** - A gente que trabalha nessa área tem um questionamento de quem é nosso cliente? Nosso cliente é o judiciário. Eu trabalho aqui, trabalho para o judiciário, e não para uma pessoa. Então, meu trabalho é fazer um relatório sobre aquela pessoa, para ajudar o magistrado em uma decisão.

**\* Houve algum caso em especial que lhe chamou atenção, relacionado ao contexto familiar?**

**\*L. F.:** - Casos de violência sexual sempre chama atenção. E sempre temos que está estudando. Hoje mesmo, estudo muito, mas é uma coisa focada, diferente de quando estamos estudando pra concursos. [...] O tribunal é muito bom, ele sempre promove capacitação, reuniões, e é muito importante está participando. Sempre tem esse grupo de adoção mesmo, sempre fazem atividades e a gente está sempre participando, pra se atualizar. A lei, ela muda muito, não é? O direito, ele muda muito. A situação muda, e o direito tem que se adaptar. Então a gente que se adaptar também.

**\* Em todas as áreas de atuação possuem seus pontos positivos e negativos. Poderia enfatizar um pouco mais algumas neste momento?**

**\*L. F.:** - Os pontos positivos é sem sombra de dúvidas você dar a individualização nos casos. Cada caso é um caso. O estupro de menor, cada estupro de menor é um caso, e você, com sua ajuda, do

psicólogo com o assistente social, você pode individualizar esse caso. Não vai ser tratado como igual não. Então, eu acho que o ponto positivo da contribuição do nosso trabalho é essa. De se individualizar a pessoa, aquele processo, que esse não é só mais um processo, mas que é o processo de fulano de tal, filho de sicrano. Eu acho, assim, outro ponto positivo é a presença da equipe, ela evita muitos erros assim, de tomar uma decisão precipitada. Porque o juiz não conhece, sou eu que tenho esse conhecimento de comportamento e de emoção. Então chega uma criança, por exemplo, a gente vê aqui casos de alienação parental, e a criança diz que não quer ir com o pai, e que o pai a maltrata. O juiz, ele não sabe se aquilo de fato aconteceu, ou se a criança está sendo induzida a dizer isso, e a gente tem essa ferramenta. É direito da criança, ter convivência com o pai, convivência com a família paterna e às vezes o casal se separa e a mãe não quer guarda compartilhada. Então a gente entra aí também, mostrando que não há risco para a criança frequentar a casa do pai, e que pelo contrário, que será até bom para o desenvolvimento dela.

**\* E os aspectos negativos?**

**\*L. F.:** Hum... Os aspectos negativos tem uma coisa que eu acho que vocês escutam muito na faculdade! Acham que a gente tem uma bola de cristal e que sabe a verdade, não é? (risos) Então, tem muito isso. Como denúncias de abuso sexual aí perguntam: - E aí doutora, teve ou não teve? (risos) Aí você fica naquela situação, eu não estava lá na hora [...] Porque esse não é o papel da psicologia. A psicologia não tem ferramentas pra isso, pra descobrir se está mentindo ou não. Então, um ponto negativo era esse, essa ideia/imaginário que se tem e que é alimentado por muita gente nas ruas. A gente vê pais que chegam aqui, e criam medo de conversar com a psicóloga, e diz que não, que vai descobrir se está mentindo [...] Aí tem a questão de ambiente também, como já falei, temos algumas doações, doações que a gente conseguiu no comércio.

**\* Que mensagem você deixaria para os (as) futuros (as) psicólogos (as) que se identificam e buscam se aperfeiçoar nesta área de atuação?**

**\*L. F.:** - A mensagem que eu passo é, que primeiro, não desistam! Eu lembro que quando que quando comecei a fazer psicologia, muitas pessoas foram contra, assim, pessoas que falavam... Ah, vai fazer esse curso? Esse curso dá dinheiro? E dá dinheiro isso? Tu gosta de trabalhar com doido é? (risos) Então assim, o que eu digo é que não desistam. A gente sabe que nossa profissão tem um papel muito importante. Hoje a gente vive em uma sociedade onde está a ansiedade, o estresse, problemas mentais, e a nossa profissão, ela tem uma importância muito grande. As pessoas estão muito carentes! Elas precisam serem escutadas, elas precisam falar [...] Então a mensagem que eu deixo é que não desistam. Não se deixem levar por isso de, ah, vai dar dinheiro, ou, ah, não vai dar [...] Outra coisa, busquem fazer uma psicologia correta, de maneira científica, e não de maneira

como a gente vê às vezes os próprios profissionais por aí manchando o nome da profissão. Procurem estudar, se capacitar, estudar sempre, sempre, sempre! É uma profissão que você nunca pode parar de estudar. Nunca! Sempre vai ter uma coisa nova, até porque o ser humano é novo a cada dia.